



PERFIL

LARS CALMFORS,
O VIGILANTE DAS CONTAS
NÓRDICAS

Aos 62 anos, Lars Calmfors apresenta um currículo vasto, construído sobretudo em torno da economia sueca. Licenciado e doutorado em economia pela universidade de Estocolmo, liderou a comissão governamental que, em 1996, estudou a entrada da Suécia na união monetária. Na altura, defendeu que a adesão deveria ser feita mais tarde, algo que defendeu de forma activa em 2003. O referendo popular, contudo, viria a dar a vitória ao “não”. É membro da Academia Sueca de Ciências e pertenceu ao Comité que anualmente vota o prémio Nobel da Economia, fez parte de vários “think tanks” e grupos de estudos europeus e é, desde 2007, líder do “Fiscal Council” sueco, um órgão independente que monitoriza as contas públicas deste estado nórdico.

LARS CALMFORS, PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL SUECO

“Portugal portou-se mal, mas não como a Grécia”

Presidente do órgão que analisa as contas públicas suecas diz que problemas orçamentais de Portugal

não são novos e defende que criação de um “Fiscal Council” aumentaria a credibilidade do País

PEDRO ROMANO
promano@negocios.pt

Portugal teve de pedir ajuda externa devido a problemas orçamentais e foi muito criticado por vários Governos, sobretudo nórdicos. Como olha para esta situação?

Se olharmos para a situação europeia no seu conjunto, vemos que os problemas orçamentais não se devem apenas à má gestão das finanças públicas. Irlanda e Espanha estão em maus lençóis devido ao reventar da bolha imobiliária, porque até ao eclodir da crise tinham excedentes. No caso da Grécia, as contas foram manipuladas, houve artificios contabilísticos inaceitáveis e muita irresponsabilidade. Eu colocaria Portugal algures no meio destes dois casos.

Os políticos foram irresponsáveis?

Quando olhamos para os valores do défice, concluímos que não foram muito responsáveis. Os problemas não são de hoje – Portugal tem défices há muito tempo e até foi o primeiro país a furar o Pacto de Estabilidade. Sim, houve a crise, hou-

ve problemas de competitividade, mas Portugal portou-se mal. Não tão mal como a Grécia, mas portou-se mal em muitos aspectos.

De que forma é que a opinião pública nórdica interpreta a situação?

Eu acho que as pessoas têm a noção de que há uma diferença entre a situação portuguesa e a grega. Apesar de saberem que o problema orçamental não resulta apenas da crise, compreendem que Portugal não foi irresponsável como a Grécia. Aliás, aqui na Suécia, a Itália tem muito pior reputação do que Portugal.

Portugal deverá criar um “Fiscal Council” [Conselho de Finanças Públicas] para monitorar a situação orçamental do país. Se tivesse sido criado há alguns anos, os problemas poderiam ter sido evitados?

Não sei se teria evitado o problema, mas poderia ter ajudado. Os “Fiscal Councils” têm precisamente essa função: fornecer informação ao público e ao Parlamento, de forma a fazer “soar o alarme” quando algo começa a correr mal.

Mesmo não tendo poderes sancionatórios...

Não, não têm. Mas todos funcionam desta forma: dando alertas, através dos “media”. Eu não conheço o suficiente acerca do processo político português, mas na Grécia e Itália, que conheço melhor, é claro para mim que há a necessidade de tomar decisões de política económica mais informadas.

Como surgiu o “Fiscal Council” sueco?

O ponto de partida foi um referendo, em 2003, para decidir se devíamos ou não aderir à Zona Euro. Criou-se um grupo de trabalho para analisar como devíamos gerir de melhor forma a política orçamental, e concluiu-se que faria sentido criar um órgão deste género.

A ideia era criar pressão sobre o Governo?

Exacto. Havia o receio de que, no euro, a política orçamental fosse demasiado laxista durante os períodos de expansão e assim perdesse “munições” para os períodos de “vacas magras”. O órgão foi criado em 2007 e, desde então, produzi-

mos um relatório anual que avalia a política orçamental. O relatório é debatido no Parlamento, com o ministro das Finanças presente, e tem muita atenção da comunicação social.

O seu poder efectivo não depende muito do interesse com que forem ouvidos pelo público?

Claro. Quanto mais eleitores estiverem dispostos a ouvir informação relevante, e quanto mais credível for o Fiscal Council, maior o seu impacto. Na Suécia, como noutros países nórdicos, há muito envolvimento por parte dos eleitores. Digamos que é um solo fértil. E os políticos entendem isto e tendem, por isso, a ser responsáveis. O Fiscal Council não foi criado depois de haver problemas, mas para prevenir que eles aparecessem.

Isso dificulta a criação de um “Fiscal Council” em Portugal?

Até penso que o torna mais necessário. Se têm problemas de credibilidade, uma autoridade que vigie os seus comportamentos até faz mais sentido do que na Suécia.

Na Suécia, a Itália tem muito pior reputação do que Portugal.

Se têm problemas de credibilidade, uma autoridade que vigie o comportamento [dos políticos] até faz mais sentido que na Suécia.